

SESSÕES DO PLENÁRIO

108ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 09 de dezembro de 2014.

PRESIDENTE: DEPUTADO MARCELO NILO

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Augusto Castro, Bira Corôa, Cacá Leão, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Coronel Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, Joacy Dourado, João Carlos Bacelar, José de Arimatéia, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Câmera, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araújo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (57)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há um requerimento assinado por mais de 21 Srs. Deputados:

(Lê) *“Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, Art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma sessão extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Regimento de Urgência nº 8.232/2014, para o Projeto de Lei nº 21.010/2014, e o Projeto de Lei nº 21.007/2014, de autoria do Poder Executivo.”*

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Como não existe ninguém no Plenário, meu caro presidente, solicito uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Exª será atendido.

A Sr^a Maria Luiza Laudano:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputada Maria Luiza Laudano.

A Sr^a Maria Luiza Laudano:- Sr. Presidente, gostaria que na verificação de quórum fossem acionadas as campanhas, tendo em vista o prazo legal, para que possamos trazer ao Plenário os deputados que estão na Casa para discutir com os nossos colegas presentes o Orçamento ou os outros projetos que estejam na pauta, assim desenvolvendo o nosso trabalho em prol daqueles que estão aqui. Dessa maneira, gostaria também que fosse zerado o painel e marcado o tempo de 25 minutos para que os deputados venham a este Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendida. Na realidade, o tempo a ser marcado é de 15 minutos.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, eu solicito a V.Ex^a que faça exatamente o que ela solicitou. Só isso que peço.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu peço perdão, deputado, pois não ouvi direito. Ela solicitou verificação de quórum de quê?

A Sr^a Maria Luiza Laudano:- Solicitei uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não foi isso, deputado?

A Sr^a Maria Luiza Laudano:- Solicitei uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, é só contar quantos deputados...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há a presença de 3 Srs. Deputados, mas tenho de marcar os 15 minutos, deputado. Solicito que o painel seja zerado e os 15 minutos sejam marcados.

A Sr^a Maria Luiza Laudano:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O tempo já está sendo contado.

Questão de ordem, deputada Maria Luiza Laudano.

A Sr^a Maria Luiza Laudano:- Convido os deputados a virem ao Plenário, pois existe um pedido de verificação de quórum feito pelo deputado Gaban. Nós temos, inclusive, projetos importantes na pauta a serem votados.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Marque a sua presença, deputada.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, era isto o que eu ia dizer. A deputada Maria Luiza Laudano não poderia nem ter feito a questão de ordem porque não estava presente. Ela não se registrou. Está fazendo o registro agora.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Na anterior ela marcou, deputado.

A Sr^a Maria Luiza Laudano:- Deputado Gaban, eu marquei.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ela tinha marcado antes de zerar o painel. Agora ela não marcou, assim como V.Ex^a.

A Sr^a Maria Luiza Laudano:- Eu já tinha marcado anteriormente, deputado. Inclusive fui uma das primeiras.

Peço aos Srs. Deputados que adentrem o Plenário, pois existe um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. Inclusive temos projetos importantes na pauta a serem votados e precisamos da presença dos Srs. Deputados para que possamos exercer o nosso mandato com dignidade e presença, respondendo até àqueles que votaram em nós para que possamos trabalhar em prol da nossa comunidade.

Por tudo isso, peço aos Srs. Deputados que estão na sala do cafezinho, nos gabinetes ou atendendo àqueles que se deslocaram do interior para a capital que adentrem o Plenário, pois existe um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados que estão na sala do cafezinho ou em outros recintos, há um pedido de quórum para a continuidade da presente sessão formulado pelos deputados Gaban e Maria Luiza Laudano.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, solicito a V.Ex^a, mais uma vez, que ouça a Taquigrafia da Casa. A deputada Maria Luiza em momento algum solicitou verificação de quórum nominal. Se ela não solicitou nominal, não existe essa linguagem aqui no Regimento Interno para chamar os deputados. Ou a verificação é nominal ou não é.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, eu vou ver a Taquigrafia. Não é desconfiando da palavra de V.Ex^a. Vou ver a Taquigrafia e aí defiro a questão de ordem de V.Ex^a. Traga a Taquigrafia, por favor, com as palavras da minha querida amiga Maria Luiza Laudano. Chama a taquígrafa, por favor, para ler aqui. Enquanto isso, vão marcando as presenças.

(As notas taquigráficas são apresentadas ao Sr. Presidente Marcelo Nilo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu não pedi nominal porque só havia três deputados presentes. Eu defiro a questão de ordem de V.Ex^a. Mas não tem problema, não, porque tem uma convocação extraordinária.

Deputado Gaban, na realidade, a taquígrafa informa que a deputada não pediu verificação nominal, mas pediu os 15 minutos.

Quórum de continuidade da sessão solicitado pelos deputados Gaban e Maria Luiza Laudano...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Já existe quórum para a continuidade da sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Paulo Rangel, comunicando que esteve ausente nas sessões dos dias 05, 11, 24, 25 e 26/11/2014, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, na cidade do Salvador, no bairro de Itapuã, há uma comunidade conhecida como Baixa da Soronha. É uma comunidade cujas condições de vida dos moradores podem ser comparadas às condições de vida de quem vivia no século XVIII nas grandes cidades do mundo. Não há saneamento básico, não há pavimentação, não há moradia de qualidade; enfim, a vida dos moradores da Baixa da Soronha é de causar indignação a qualquer administrador público.

Em 2004, no final do governo Paulo Souto, esse bairro foi incluído em um projeto de reforma urbana e de requalificação urbana. No final do governo Paulo Souto as obras já estavam licitadas e com ordem de serviço. Houve a mudança do governo, e o então governo eleito disse que incluiria em 2005 as obras da Baixa da Soronha em um amplo programa de qualificação urbana. Isso em 2005.

A Baixa da Soronha foi incluída no PAC I e até hoje as condições de vida dos moradores da Baixa da Soronha continuam as mesmas. Um governo que gasta milhões e milhões numa farra de emendas orçamentárias às vésperas da eleição; um governo perdulário; um governo que não controla as suas contas e faz com que na capital baiana, na cidade mais importante do Estado, centenas e centenas de famílias vivam em condições subumanas, sem que esse governo faça uma intervenção.

Eu queria saber, e aqui nós temos, deputada, uma representante do povo, que foi presidente da Conder, em cuja administração realizou-se a licitação para as obras da Baixa da Soronha, a deputada Maria del Carmen, que explicação dar à população de Itapuã e da Bahia para aquelas condições de vida a que estão submetidas as famílias que moram na Baixa da Soronha a 200m ou 300m do Parque do Abaeté, da Lagoa do Abaeté, em Itapuã.

É uma falta de sensibilidade total, chega e beira ao desumano, porque como é que se admite na vizinhança da sede do governo, com certeza aquela área sobrevoada diversas vezes pelo helicóptero do Sr. Governador com o Sr. Governador presente, e uma população vivendo em condições que nem os animais que estão ali vizinho à Baixa da Soronha, no Parque de Exposições, vivem.

E esse é o governo dito do Partido dos Trabalhadores. Imaginem se esse não fosse o Partido dos Trabalhadores. Há oito anos no governo e submete a população da Baixa da Soronha a essas condições indignas. Nada mais causa indignação. E é por isso o desprestígio do Parlamento, porque conviver e aceitar a situação em que os moradores da Baixa da Soronha se encontram era motivo de renúncia dos 63 deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, são tantos assuntos para a gente abordar nesses cinco minutos, mas eu não poderia deixar de me reportar ao momento trágico que vive o futebol da Bahia.

Em outras ocasiões, aqui desta tribuna, alertamos a situação de penúria, de fragilidade técnica dos nossos times. No domingo se materializou o que nós já vínhamos alertando: o futebol da Bahia pobre, o futebol da Bahia humilhado e os torcedores chorosos, lamentando a queda de dois clubes fortes, dois clubes tradicionais do futebol brasileiro, em especial do Nordeste. Nós ficamos apenas com um clube representando o Nordeste que foi o Sport. Assim a gente lamenta.

E o que fizeram com o Bahia, essa diretoria assumiu prometendo mudanças, prometendo resgatar e democratizar o clube. E o que se viu foi perseguição a alguns setores da imprensa, um clube administrado com subterrâneos, com coisas que não ficaram às claras, é o que percebemos pelo lado do Tricolor. Do outro lado, no Esporte Clube Vitória, o que fizeram com o nosso clube, que foi 5º lugar em 2013 e este ano teve um dos piores rendimentos da sua história.

Fica aqui a minha lamentação, a minha indignação, e que façamos uma vassourada no futebol da Bahia, tirando os dirigentes incompetentes e reprovados, e também mandando embora um “caminhão”, “carretas” de jogadores que vieram para a Bahia apenas passear e curtir as nossas praias.

Mas quero dizer ao Líder do governo, deputado Zé Neto, que essa reforma administrativa é uma reforma que prejudica setores que serviram e servem ao Estado da Bahia, como os servidores da Bahiaturisa, como os servidores da Ebal, das nossas Dires, e é uma reforma em que não se aponta para onde serão relocados esses servidores, muitos deles com mais de 20, 30 anos de serviços prestados ao Estado. (Palmas.)

Então, queremos saber para onde irão esses servidores...

(Pessoas presentes às Galerias se manifestam com palmas e gritos.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Gostaria de fazer um apelo aqui às Galerias para que não se grite, não se vaie, porque o Regimento não permite. Faço um apelo para que não se vaie, não se grite.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Aplaudir pode, Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Bater palmas, mas gritar não.

(As pessoas presentes às Galerias gritam, batem palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por favor. Faço um pedido a vocês. O Regimento não permite gritar nem aplaudir, só bater palmas, não se pode falar com o deputado. Estou apenas cumprindo o Regimento. Vocês fiquem aí à vontade. Agora, por favor, faço esse pedido. O deputado Carlos Geilson sabe que estou apenas pedindo para manter a ordem aqui. Agradeço a V.Ex^a.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Mas, Sr. Presidente, os governistas, com certeza, não serão vaiados, mas aqueles que defendem a causa dos servidores serão aplaudidos, e os governistas estejam preparados para isso.

Queremos saber dos governistas: com essa reforma, esses servidores serão relocados para onde? Eles temem ser prejudicados. Aqui estão homens e mulheres que ao longo do tempo dedicaram suas vidas servindo a este Estado, e não podem ser, agora, jogados para fora, chutados, mandados embora. É isso que vamos defender hoje nesta sessão.(Palmas.) Que se tenha respeito com os servidores do Estado, os servidores da Bahiatursa, da Ebal, da área de saúde deste Estado.

Vamos travar o bom combate nesta sessão. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Aderbal Caldas pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADERBAL FULCO CALDAS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, hoje, nesta data, para mim foi um dia de profundo pesar, eu, que tenho uma afinidade muito grande com o povo do Baixo Sul, de modo muito especial com Gandu, onde sou votado pela quarta vez e onde constituí vários amigos. Aliás, não tenho área de atrito com ninguém, de qualquer agremiação que seja. Mas há uns amigos especiais, entre eles, o ex-vice-prefeito Pedro Antônio, com quem eu constituí uma grande amizade, vice-prefeito que terminou o mandato nessa gestão próxima passada.

Conheci naquele cidadão um homem probo, um homem digno. Como empresário, um homem de palavra que tratava e cumpria. Comprava, pagava e honrava os compromissos. Como pessoa, honrava suas amizades. Um homem digno, de conduta retilínea sob todo e qualquer aspecto. Como político, de igual modo, um homem acreditado, respeitado em toda aquela comunidade.

O ex-vice-prefeito Pedro Antônio veio a falecer ontem, aos 68 anos de idade, e foi sepultado ao meio- dia de hoje, no Cemitério do Campo Santo.

Foi, para todos que o conheceram – e eu tive a felicidade de privar da sua amizade –, um duro golpe. Senti profundamente, e estou aqui desta tribuna para registrar esse fatídico acontecimento, para hipotecar a minha solidariedade e o meu mais profundo pesar à família enlutada, seus parentes, familiares consanguíneos, toda a comunidade de Gandu e a todos que tiveram a oportunidade de lidar com aquele

cidadão, um homem, como já disse, de conduta retilínea, honrado, raro nos tempos atuais.

Perdemos um grande amigo. A sociedade de Gandu perdeu um dos seus membros mais destacados, um homem honrado, sério, querido, respeitado, bom pai de família, bom cidadão, operoso, trabalhador, empreendedor, um político de escol. Então, mais do que o patrimônio material que ele construiu e que deixa para seus familiares, a maior herança, o maior legado, para todos, foi, sem dúvida nenhuma, o seu nome. Um nome honrado e de conduta irretocável, de conduta ilibada.

Portanto, quero aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, registrar e expressar todo o meu sentimento, o meu maior pesar pela perda desse amigo, desse cidadão, desse empresário, desse trabalhador, desse político de credibilidade e de respeito perante toda a sociedade ganduense.

Expresso aqui o meu mais profundo pesar e quero hipotecar a minha solidariedade e os meus sinceros sentimentos à família enlutada e a toda a comunidade de Gandu.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não há mais orador no Pequeno Expediente.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Grande Expediente.

Não há orador.

Horário das Lideranças Partidárias.

Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria, ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSL-PT, para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos. (Pausa)

Não havendo orador, com a palavra o Líder da Minoria ou do Bloco Parlamentar PSDB-PTN-PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, hoje nós vamos, mais uma vez em regime de urgência, deputado Carlos Geilson, votar um projeto de lei – a reforma administrativa do governo – sobre a qual, particularmente, tenho de dizer que receio que os parlamentares que compõem esta Assembleia Legislativa não tenham tido o tempo nem as explicações necessárias para votarmos essa reforma nesta terça-feira.

Analisando a atual reforma - deputado Euclides Fernandes, que fez uma emenda na minha opinião positiva - vejo que as discussões que deveríamos ter tido na Assembleia Legislativa não aconteceram. Digo isso com clareza, pois o governo sabendo que tem a maioria dos parlamentares nesta Casa encaminhou em regime de urgência essa proposta para votação. E fico, deputado Carlos Geilson, com receio de que a base do governo aprove hoje, com a sua grande maioria de deputados, esse projeto, sem sequer saber o que realmente vai acontecer com vários órgãos do Estado.

Vejo aqui servidores da Bahiatursa extremamente preocupados, e com toda a razão. Mas, hoje, terei oportunidade para falar da Bahiatursa. No atual momento, vou me referir um pouco à Ebal e chamar a atenção desta Casa Legislativa para que não façamos hoje a aprovação de um projeto de lei que pode ser, sem dúvida, uma grande irresponsabilidade. Tenho a certeza de que qualquer parlamentar que tiver uma empresa, ou herdar uma empresa, não irá vendê-la sem saber o que há de passivo, de ativo, quais prejuízos irá obter. Não é verdade, deputada Maria Luiza e deputado Sandro Régis?

Vejam o que diz o artigo 36 em relação à extinção da Ebal. (Lê): *“Fica o Poder Executivo autorizado a promover a alienação onerosa, integral ou parcial, de sua participação no capital societários, inclusive do controle acionário da Empresa Baiana de Alimentos S/A- Ebal.”*

No primeiro parágrafo diz o seguinte: (Lê) *“Para efetivar o disposto neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações societárias que envolvam a Ebal, como cisão, incorporação, fusão, transformação, criação de subsidiárias, desativação parcial de seus empreendimentos, redução ou aplicação de capital social, dentre outras que se revelem convenientes e oportunas.”*

Vejam, Srs. Parlamentares, o que estamos fazendo nesta terça-feira, se esse projeto vier a ser votado.

Deputado Carlos Geilson, queria a atenção de V. Ex^a para o que a Bancada do governo poderá promover hoje. O nosso Poder, que tem como obrigação fiscalizar o Poder Executivo, hoje quer simplesmente assinar um cheque em branco para o Executivo fazer o que quiser. Nem o próprio Poder Executivo, deputado Carlos Geilson, sabe o que vai fazer com a Ebal. Eles colocam aqui todas as possibilidades, e não dizem o que vão fazer. Quer dizer, como é que esta Assembléia Legislativa vai poder virar as costas para as suas obrigações? Nós que temos o dever de fiscalizar o Poder Executivo, deputado Gaban, vamos agora assinar um cheque em branco para ele fazer com a Ebal o que ele quiser, sem dizer claramente o que irá fazer, qual impacto acarretará para o Estado.

É realmente lamentável que a base do governo liderada pelo deputado Zé Neto aprove esse projeto sem dizer exatamente o que será feito.

Ouçó com prazer o deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson: - Meu caro deputado Adolfo Viana, às vezes me pergunto se o deputado Zé Neto consegue colocar a cabeça no travesseiro e dormir (palmas). Porque são tantas maldades perpetradas por este governo que acho que ele

deve sofrer. Não é possível que haja tanta perseguição.

Ora, o bode está na sala do governador. É ele que tem que cuidar. Quem tem que pagar o pato não são os servidores da EBDA; não são os servidores da Bahiatursa; não os servidores das Dires; não são os servidores da Ebal (palmas). O governo tem que dizer para onde eles serão realocados (palmas).

Como pode, homens e mulheres com tantos anos de serviços prestados a este Estado, e de repente são descartados. São jogados fora. Muitos deles deram suas vidas trabalhando para o Estado. Agora com 40, 50, 60 anos de idade, vão para onde? (Palmas). O governador tem que dizer, na reforma, para onde eles serão transferidos, meu caro deputado Gaban. É isso que eles querem.

Nós entendemos que o governador faça a reforma que ele fizer, administre como lhe aprouver, desde quando não prejudique, desde quando não vá de encontro aos direitos adquiridos. E esses servidores tem direitos adquiridos e não podem ser prejudicados. (Palmas.)

O Sr. ADOLFO VIANA:- Agradeço o aparte de V.Ex^a, deputado Carlos Geilson. Vejo aqui ao meu lado o deputado Euclides Fernandes que sensibilizado com os funcionários fez uma emenda solicitando. Vou ler a emenda do deputado: *“em caso de alienação, liquidação ou extinção, os empregados públicos integrantes do quadro de pessoal da Ebal, ficam transferidos com seus respectivos cargos e remuneração para o quadro provisório da Secretaria da Administração.”*

O deputado Euclides Fernandes demonstra uma sensibilidade. Sendo da Base do Governo dá uma demonstração de que o governo não tratou com a devida responsabilidade o assunto.

Mandou o projeto. O projeto chegou. Aprova. Vote em regime de urgência. Tudo a toque de caixa. As coisas não podem funcionar dessa maneira aqui na Assembleia Legislativa. E nós, deputados, que temos a prerrogativa de fiscalizar o Poder Executivo, se votarmos hoje este projeto de lei da maneira como foi encaminhado aqui, estaremos dando uma demonstração clara de que o Poder Legislativo virou um apêndice do Poder Executivo. (Palmas.)

Tenho certeza que os deputados da Base do Governo, que não tiveram a oportunidade assim como os deputados da Oposição, de ter as devidas explicações do que realmente vai acontecer com cada órgão desses que está sendo extinto, acho que se torna inviável a votação no dia de hoje. (Palmas.)

Vamos junto com a Oposição obstruir essa votação, colocando nosso ponto de vista até que o líder do Governo tenha a sensibilidade necessária de discutir, com clareza, junto aos parlamentares desta Assembleia Legislativa sobre essa reforma administrativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PDT/PC do

B para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não há orador. Concedo a palavra ao líder do PMDB/PR para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Gaban:- Usarei por todo o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Gaban pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Sr^{as}. Deputadas, Srs. Deputados, alguns assuntos estão na pauta de hoje. Um deles, naturalmente, é sobre a reforma administrativa.

Eu havia, Sr. Presidente, em nome da Oposição nesta Casa... Não só usei a tribuna, dei declarações a imprensa e procurei o Líder do governo, deputado Zé Neto, para fazermos a dispensa de formalidades, a fim de votar este projeto da reforma administrativa, já, na semana passada.

Confiei, naturalmente, em um governador eleito com mais de 71% dos votos do Estado da Bahia. Assim, ele deu, para sua presidente, essa quantidade de votos ao ganhar, no primeiro turno das eleições, aqui na Bahia. Logo, tem de se dar um crédito de confiança!

Da mesma forma, entendi e continuo entendendo que os vereadores deveriam dar o mesmo tratamento para a reforma administrativa de alguém que está trabalhando com competência, que é o prefeito ACM Neto.

O governo não deu nenhum retorno sobre esse assunto!

Procurei e aproveitei, então, para analisar o que estava sendo apresentado. Primeiro, esta reforma diminui 3 secretarias de Estado. Não estou vendo onde estão as 3 secretarias.

Vejam, a Secretaria Extraordinária foi concebida e criada em 1991, quando era o governador Antonio Carlos Magalhães. Na concepção dessa Secretaria Extraordinária, já estava previsto, como está no decreto, que ela seria, automaticamente, extinta quando o secretário fosse exonerado. Então, aí, já mata, ou seja, não se está reformando absolutamente nada.

Com relação à Secopa, a Assembleia Legislativa aprovou a Secretaria da Copa e já estava prevista a sua extinção ao final de dezembro.

Então, o governo Rui Costa não está diminuindo nenhuma secretaria!

Observem a realidade dos fatos. Quando assumiu o governo, Jaques Wagner encontrou 20 secretarias, inclusas, aí, Casa Civil, Casa Militar e Assessoria Civil. Inclusas a essas 20, qual o total de secretarias hoje? São 32! Eles vão extinguir o que já está extinto desde a época em que foram concebidas?

Fala-se em extinção de cargo de confiança. Em relação a cargos de confiança, deputado Sandro, quando o governador Paulo Souto deixou o governo, sabe qual o número total de cargos de confiança que existia na Bahia? Este era o 26º Estado com

menor número de cargos de confiança, pois perfazia um total de 8.101.

Se você pegar a proposta orçamentária que está para ser apreciada por esta Casa Legislativa ainda este mês, sabe qual a previsão de cargos que está na proposta orçamentária apresentada pelo governo? A proposta contém 11.404, ou seja, 3.303 cargos a mais do que o governador Jaques Wagner encontrou!

Olha, quanto a esta reforma de brincadeira que mostra a redução de cargos, sabe o que eles fazem? Eles pegam DAS I até o DAS IID, que são os cargos de maior valor, aumentam esses cargos e diminuem os cargos “menorzinhos”.

Pior, em uma atitude que chega a ser até criminosa, o que eles fazem? Pegam pessoal não só da Bahiatursa, mas pegam, sobretudo, das empresas Ebal, EBDA, de pessoas que têm 30, 40 anos de serviços prestados, são celetistas, pois esses já não tiveram direito a receber a URV, porque o governo empurra esse problema com a barriga (palmas) e, além de agora, não pagam o direito adquirido que já tem jurisprudência. Todos os poderes constituídos do nosso Estado brasileiro já pagaram a URV para os seus servidores, menos o governo do Estado. (Palmas.)

Sabem o que acontece agora? O governo está quebrado com a falta de gestão. Vejam, há, aproximadamente, 15 dias, eles aumentaram, assustadoramente, a taxa de vigilância sanitária que será aplicada pela Secretaria da Saúde. Neste projeto agora, que eles vão tentar aprovar hoje em regime de urgência, já há algo.

Eu já tenho jurisprudência, aqui, de 4 decisões do tribunal superior do nosso País. Há os mais renomados juristas como, por exemplo, Ayres Brito. Em São Paulo, há 2 ações. Há os casos dos estados de Pernambuco, Paraná e Rio Grande do Sul. Eu tratarei desse assunto depois. A jurisprudência diz ser inconstitucional o que eles querem fazer como, por exemplo, aumentar a alíquota do ICMS (palmas) sobre combustível para aplicar em fundo. Isso é inconstitucional. E eles aproveitam e empurram, também, uma taxa para ser cobrada pelo Detran. Os aumentos vão desde 50% até 423%.

Este é o governo do PT que está botando sua cara para fora! (Palmas.)

Os senhores e as senhoras, que aí estão, são celetistas. Não se pode mais empenhar as ações trabalhistas que, inevitavelmente, os senhores terão de entrar. Não se pode bloquear bens do governo como prédios e tudo o mais, pois não cabe! Vão ter de ir para precatórios! E governo nenhum paga precatório a funcionário público! (Palmas.) É uma imoralidade o que estão fazendo! (Palmas)

Agora, sabem por que eles estão cometendo esta imoralidade? Há um pronunciamento do então candidato Rui Costa, em 31 de maio, na FIEB, na Secretaria da Agricultura, quando dizia que, se eleito, privatizaria a EBDA, a Ebal e as entregaria às ONGs. Sabem por que o governo quer entregar tais instituições às ONGs? Porque não há fiscalização adequada em cima das ONGs! (Muitas palmas) E, também, eles não valorizam a qualidade do serviço. (Palmas) Eles querem continuar politizando os órgãos, transferindo recursos para as ONGs. Infelizmente, temos recebido inúmeras denúncias de corrupção na maioria das ONGs existentes. (Palmas.)

Não cabe, então, boa vontade de nossa parte para aprovar um projeto imoral.

Um dos segmentos que mais cresce no mundo inteiro é o turismo. Todos nós percebemos isso quando viajamos pela Europa e EUA. Sabemos que, ali, muitas cidades se sustentam pelo turismo. O turismo é o segmento que mais cresce em todo o mundo.

E, aqui na Bahia, querem tirar a Bahiatursa do Estado, porque não se preocupam com a qualidade do serviço prestado. Deveríamos, sim, aproveitar o trabalho que vem sendo feito, por exemplo, pelo prefeito ACM Neto, valorizando a nossa orla e as principais ruas ao tentar melhorar o tráfego.

Também, há obras estruturantes, feitas pelo governador do Estado, em relação a esses viadutos, ao metrô que, mais cedo ou mais tarde, irão, até, ao aeroporto. Mais cedo ou mais tarde, eles concluirão essas obras. Eles deveriam, inclusive, aproveitar para fazer uma campanha nacional para que os turistas voltassem para a nossa cidade porque está voltando a ser bonita. Mas o que fazem? Baixam a estrutura da Bahiatursa para os turistas deixarem de vir para cá. Agora, vão ao Maranhão, Pernambuco e Ceará. (Palmas.)

Então, por isso, meu caro amigo Adolfo, não podemos votar favoravelmente esta reforma administrativa, porque temos de dar o destino sobre o que ocorrerá. E eles não colocam o objetivo de propósito, pois eles não têm compromisso com os funcionários públicos (palmas) que trabalham há 30 ou 40 anos! (Palmas) O governo não diz o destino a ser dado a esses funcionários! Eles se acostumam com isso. Sabem por quê? Porque o governo está quebrado! E eu já vinha dizendo há muito tempo que o governo estava quebrado.

Agora, o próprio governador Jaques Wagner reconheceu e deu entrevista para o jornal *A Tarde* ao dizer não estar preocupado com a execução de obras, mas em arrumar as contas. Por isso, deu um decreto proibindo até férias! Férias é um direito do trabalhador nos meses de novembro e dezembro. Se nessa época não houve manifestação de funcionários públicos, eles têm a certeza da impunidade, porque fazem o que querem.

Mas nós, da Oposição, somos pequenos em número, mas fortes em argumentos. Vamos obstruir o que for preciso, porque pode, até, se fazer imoralidade, mas não com a aquiescência e o aval da Oposição nesta Casa. (Muitas palmas.)

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. GABAN:- Nesse sentido, meu querido amigo e deputado Adolfo, concedo um aparte a V.Ex^a.

O Sr. Adolfo Viana:- Agradeço a oportunidade do aparte, deputado Gaban. Aproveito para parabenizar V.Ex^a pelo belíssimo pronunciamento que vem fazendo nesta tarde.

Queria, até, perguntar a V.Ex^a e fazer, também, a mesma pergunta aos deputados da Base do governo: o governo enviou algum técnico para discutir, na Assembleia Legislativa, com os parlamentares sobre esta reforma administrativa?

Alguém teve acesso à discussão? Ou, simplesmente, seremos obrigados a votar e a aprovar este projeto hoje por eles terem a maioria dos parlamentares nesta Casa? V.Ex^a teve a oportunidade de discutir esta reforma política?

O Sr. GABAN:- Não.

O Sr. Adolfo Viana:- O deputado Rosemberg, do PT, que vem chegando agora, teve?

O Sr. GABAN:- Não, ninguém discutiu.

O Sr. Adolfo Viana:- Porque se fizeram a discussão, excluíram a Oposição. Deixaram a Oposição de fora da discussão, deputado Gaban. O que é um verdadeiro absurdo! (Palmas)

O Sr. GABAN:- Meu caro Adolfo, V.Ex^a tem toda a razão. E digo mais, o que o governo fez a favor dos funcionários da Ebal, EBDA, Bahiaturisa, enfim, de todos os órgãos que serão extintos? O que fez o governo?

Respondo: mandou em regime de urgência. E na hora em que se manda projeto em regime de urgência, nem o relator da matéria sabe o que vai relatar, porque já vem tudo pronto da Casa Civil. Nenhum deputado analisa! (Palmas) Não há nenhuma audiência para discutir o projeto com segmentos organizados que serão prejudicados ou serão afetados. (Palmas)

Esta é a forma de o PT administrar: muito bom na propaganda; mas, na hora de ferrar o servidor público, está ele aí. (Muitas palmas.)

(Não foi revisto pelo orador nem aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder da Maioria ou o Líder Bloco Parlamentar PSC/PV/PRB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, não há orador a indicar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não há orador a indicar.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

(Pausa.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há um pedido de questão de ordem. Deputado, V.Ex^a pediu?

O Sr. Carlos Brasileiro:- Gostaria de que V.Ex^a contasse o tempo regimental e verificasse o quórum para continuidade desta sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

V.Ex^a pediu questão de ordem para derrubar a sessão foi?

O Sr. Gaban:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Antes de formular a minha questão de ordem, gostaria de chamar a atenção, não só da imprensa, mas de todos, para o desrespeito que o

governo tem para com o servidor público e com a sociedade organizada do nosso Estado.

Sabem por que ele está querendo derrubar? Para votar logo. Eles querem entrar na Ordem do Dia para votar logo sem haver discussão. (Vaias)

A Bancada do governo, Sr. Presidente, está envergonhada, porque ninguém sabe o que será votado. Desafio a discutirem comigo esta reforma item por item (palmas), porque eu a estudei (palmas) e eu sei o que estou falando (palmas). Ninguém da Base do governo teve acesso às informações.

Então é um desrespeito pedir esta verificação de quórum para continuidade da presente sessão. Não é derrubando a sessão que vai agora...

O Sr. Carlos Brasileiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Gaban:- É como diz o outro: “Ah, já ganhamos a eleição. O pessoal, que se ferre agora!” Não é assim que se trata a população! Não é fugindo que se tem o respeito da sociedade. (Palmas) Não é, Sr. Presidente, fugindo do debate que vai continuar tendo o respeito da sociedade baiana.

Nós deveríamos estar aqui discutindo, sim, a imoralidade que é esta reforma administrativa. Se houver o bom senso por parte do governo, o mínimo que se deveria fazer era interromper esta sessão ou parar a votação, a fim de haver, ao menos, tempo para a Base do governo saber o que se está votando no intuito de, posteriormente, não dizer: “Eu não sabia que estava prejudicando.”

Não vou dizer o nome, até para não expor o colega deputado. Mas alguém, aqui, no plenário, disse: “Ah, essas empresas são celetistas e serão todos demitidos.” É lógico que sim! Mas demitir sem dar os direitos para quem trabalha há 30 ou 40 anos de serviço não é legal. (Muitas palmas.)

Eu não gostaria de ver ninguém da Bancada do governo ter um seu familiar, às vésperas do Natal, desempregado. Isso, eu não gostaria não. (Muitas palmas.)

O Sr. Carlos Brasileiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Gaban:- Por isso, Sr. Presidente, solicito abrir o prazo regimental...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado Gaban, vou atender V.Ex^a.

O Sr. Gaban:- (...) com o tempo previsto para chamar os Srs. Deputados que estão nas dependências desta Casa, na sala do cafezinho, a fim de virem ao plenário para debater. Não se sintam envergonhados por ficarem escondidos em seus gabinetes. Venham ao Plenário para debater. Não se sintam envergonhados de ficar escondidos nos seus gabinetes. Venham para debater a fim de termos o quórum para continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V. Ex^a será atendido.

O Sr. Carlos Brasileiro: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a não pediu para derrubar a sessão?! Vou derrubar!

Solicito que seja zerado o painel e marquem os 15 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a quer uma questão de ordem?

O Sr. Carlos Brasileiro:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Carlos Brasileiro. Já está derrubando os 15 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, tenho muito respeito e carinho pelo deputado Gaban e por todos os deputados que compõem esta Casa. Estou apenas cumprindo o Regimento. Em momento algum, estamos nos omitindo debater. Até porque haverá outra sessão extraordinária agora. Eles podem obstruir a sessão até amanhã. Se tiverem força, eles obstruem a sessão até amanhã e discutem a lei. Com relação a quem disse da CLT, foi eu quem disse. Apenas para esclarecer ao deputado que não cabe à lei dizer que funcionários da EBDA ou da Bahiatursa sejam absorvido pelo Estado porque são regidos pela CLT. Diferentemente do Derba e de outras entidades, porque serão absorvidos. Então, não há uma fuga de discussão, deputado Gaban. V.Ex^a tem vários tempos para discutir, até de madrugada ou até amanhã se quiser. Então, não há desrespeito nenhum. Deixe de jogar para a plateia, porque receber aplausos fáceis é muito fácil. Eu não quero receber aplauso fácil, quero construir um Estado enxuto e um Estado que dê resultado...

(Os presentes às Galerias Paulo Jackson vão.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. das Galerias, faço um apelo...

(Os presentes às Galerias Paulo Jackson vão.)

O Sr. Carlos Brasileiro:- (...) um Estado que dê resultado. É isso que nós queremos, um Estado que dê resultado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Carlos Brasileiro, só um segundinho, por favor.

Eu faço, mais uma vez, um apelo aos companheiros das Galerias...

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só um segundinho.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- (...) ninguém pode vaiar deputado aqui. Vocês podem ficar à vontade e serão bem recebidos. É direito de V.S^{as}. Agora, vaiar deputado... O deputado tem direito de falar o que quiser. Ele tem direito de falar o que quiser e o outro deputado contra-argumenta. Agora, não dá para o deputado fazer os seus argumentos e ser vaiado pelos presentes às Galerias. Faço um apelo pela terceira ou quarta vez peço aos companheiros para que não façam isso.

(Os presentes às Galerias Paulo Jackson aplaudem.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Continue, deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Agradeço a intervenção do nobre presidente.

Estou tranquilo com relação ao papel que estou desempenhando aqui. Repito, deputado Gaban, deputados da Oposição têm até amanhã, se quiserem, para debater o

projeto. Não faltará tempo para debater. Discordo, pois não estamos fugindo do Regimento, estamos cumprindo.

Muito obrigado.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Eu gostaria, meu querido amigo Carlos Brasileiro, de dizer o seguinte. Se defender o emprego, o salário de um pai de família, for jogar para a plateia, até o último dia do meu mandato vou jogar para a plateia, pois acredito nisso. (Palmas.)

Não posso conceber, aqui nesta Casa, por que nenhum de V.Ex^{as} pede aparte quando fazemos pronunciamentos. Por que ninguém usa os horários? Porque estão queimando os horários do governo. Se V.Ex^a tivesse conhecimento do que vai ser votado aqui nesta Casa, nessa noite ou nessa madrugada, não sei...

O Sr. Carlos Brasileiro:- Aqui está o que vamos votar.

O Sr. Gaban:- Isso é um papel. Quero saber do relatório que será lido. Por que vocês não debatem, então, ponto a ponto comigo? Vou levantar os pontos.

Retire a questão de ordem, me dê o horário que é de V.Ex^a para eu utilizar e eu dou a oportunidade para vocês debaterem comigo.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Não vou retirar nada. Faça o seu papel que eu faço o meu.

O Sr. Gaban:- Está aí a proposta feita, meu caro Carlos Brasileiro. Dê o horário que o PT não quer utilizar; eu utilizo e dou oportunidade para vocês debaterem. Não pode é fugir do debate. Vamos lá, Carlinhos. Defender o indefensável é complicado.

É nesse sentido que vemos como fogem do debate. Não usam nenhum horário deles, queimam os horários, ainda querem acabar com a sessão para evitar que possamos utilizar horário do DEM e outros horários que são reservados para a Oposição nesta Casa.

Não basta serem 48 contra 15. Tem que derrubar os horários para tentar fugir do debate com a Oposição por falta de argumentos. (Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões**, leia-as na íntegra.*